

# **“JOGO CONTÍNUO DE NUMEROSAS MOLAS”: FINANÇAS E INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO POSTAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

*Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro*<sup>1</sup>

Doutoranda em História Econômica (FFLCH/USP)

perolagold@yahoo.com.br

“A sociedade recebe a vida e o movimento pelo contato perpétuo das ideias e ações dos que a compõem. O serviço dos correios é pois indispensável para manter e animar a nossa existência social pela atividade do seu mecanismo, e pelo jogo contínuo de suas numerosas molas”.<sup>1</sup>

No primeiro volume do clássico *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1949), Fernand Braudel fornece pistas sobre como a dinâmica dos sistemas postais pode auxiliar o historiador a compreender a dialética espaço-temporal característica do capitalismo nos primórdios de sua expansão. Se hoje em dia a dimensão espacial parece ter se contraído em relação ao tempo, tal como previu Karl Marx em sua teoria da acumulação,<sup>2</sup> no século XVI, diz aquele autor, “*il [o espaço] surabonde et cette richesse est à la fois avantage et obstacle*”.<sup>3</sup>

Vantagem porque a conquista de novos espaços permitiu a mercadores e diplomatas europeus expandirem seus raios de atuação a distancias nunca antes imaginadas. Obstáculo, de vez que essas mesmas distancias, acrescidas de inevitáveis fatores meteorológicos, dificultassem o estabelecimento de um sistema regular de comunicações. Diante desse problema, Braudel observa:

---

<sup>1</sup>REGO, Vicente Pereira. *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro para uso das Faculdades de Direito do Império*. 2ª ed. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & C., 1860, p. 5.

<sup>2</sup>Em *A produção capitalista do espaço* (2001), David Harvey demonstra como a teoria marxista da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, identificando no capitalismo uma força revolucionária essencialmente expansionista. Segundo esse autor, o acesso a mercados mais distantes e a novas fontes de matérias-primas possui o efeito de aumentar o tempo de giro do capital (tempo de produção + tempo de circulação), provocando, assim, a diminuição da mais-valia. Nesse sentido, a redução dos custos de comunicação e transporte contribui para o aumento da velocidade de circulação do capital e consequente intensificação do processo de acumulação pois, nas palavras de Marx, “*o importante não é a distancia do mercado no espaço, mas a velocidade pela qual o mesmo pode ser alcançado*”. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 51.

<sup>3</sup>BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966, p. 326 a 341.



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

Toute activité lute contre la résistance de l'espace, y trouve ses contraintes et ses accommodements. Condamnée à la lenteur, aux préparations laborieuses, à des pannes inévitables, l'économie méditerranéenne est à voir, d'entrée de jeu, sous cet angle des distances.

A adoção de uma “perspectiva das distancias” é relevante para compreendermos não apenas os limites impostos pelo espaço à economia, mas também os desafios enfrentados pelos atores sociais em nível de organização política. Nas palavras de Braudel, “*comprendre l'importance des distances, c'est apercevoir sous un jour nouveau les problèmes que pose la gestion des Empires*”. Sendo assim, é necessário que o historiador mesure a dimensão espacial de seu objeto e se questione em que medida esse dado influi política e economicamente nas estruturas de produção.

Adaptada ao caso brasileiro, a proposta braudeliiana de estudo dos fluxos postais como forma de mensuração do espaço histórico investe-se de especial interesse, visto se tratar de um país cujas dimensões espaciais apresentam grandes desafios de escala ao historiador. Caio Prado Júnior já havia se dado conta disso em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), ao reconhecer a importância das vias de comunicação e transporte para a formação da identidade nacional:

Certo ou falso que “o caminho cria o tipo social”, o fato é que no Brasil uma coisa é sem dúvida verdadeira: a influência considerável que as comunicações e transportes exercem sobre a formação do país. As distancias enormes, os obstáculos opostos ao trânsito num território como o nosso, de relevo acidentado, de coberturas florestais, nos pontos estratégicos, de difícil penetração, com uma linha costeira tão parcamente endentada e rios, com poucas exceções, de curso cheio de acidentes e traçado infeliz para os rumos que a colonização tomou; de tudo isto vão resultar comunicações difíceis e morosas que imprimem às relações da colônia um ritmo lento e retardado; e que terá tido com toda segurança uma boa dose de responsabilidade neste tom geral de vida frouxa que caracteriza o país.<sup>4</sup>

Prado Júnior também avalia a qualidade das vias de comunicação interna da colônia, utilizando-se, para isso, dos relatos de diversos viajantes. Segundo o autor, as estradas de rodagem eram, via de regra, muito precárias, sendo poucas as que apresentavam calçamento de pedra. Quanto às vias fluviais, essas eram ainda menos conservadas que as terrestres, não havendo um plano de aproveitamento dos rios para a

---

<sup>4</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 237.



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

navegação. Mesmo assim, Prado Júnior identifica em finais do século XVIII e início do XIX a existência de uma “*obra de cimentação interior*”, da qual a implantação dos correios lhe parece expressão inequívoca.

Tendo em vista as pistas de análise deixadas pelos mestres, esse artigo contempla alguns dos aspectos geo-históricos que caracterizaram a implantação dos serviços postais brasileiros durante o período imperial. Vale observar que esse processo ocorreu *pari passu* às experiências congêneres europeias, sendo caracterizado como parte de um fenômeno mais amplo caracterizado por Eric Hobsbawm como expansão e unificação dos mercados mundiais sob a égide do sistema capitalista.<sup>5</sup>

Antes de desenvolvermos o assunto proposto, é oportuno refletirmos sobre a reprodução dos sistemas de comunicação no espaço, os quais se materializam sob a forma de *redes*. Conceito polissêmico que tem suas origens no léxico científico do século XVIII,<sup>6</sup> as redes são definidas por Roberto Lobato Corrêa como “*o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos*”.<sup>7</sup> Segundo esse autor, elas podem ser analisadas em três dimensões: *organizacional, temporal e espacial*, as quais envolvem, respectivamente, estrutura interna, duração no tempo e abrangência no espaço.

Em relação à dimensão organizacional, os sistemas postais podem ser descritos como redes de comunicação formalmente planejadas que se articulam no espaço por meio de agências (fixos) e linhas (fluxos). Esses elementos, juntamente com outras tessituras e nodosidades de que se compõe o território, constituem a infraestrutura dos fenômenos de circulação pois, como nota Milton Santos, “*as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes*”.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup>HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital (1848 – 1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 79 – 105.

<sup>6</sup>O termo *rede* foi originalmente empregado para designar o funcionamento fisiológico do corpo humano, expresso por meio de redes sanguíneas e nervosas, por exemplo. Esse conceito também era aplicado do numa acepção metafórica pelos astrônomos para ordenar estrelas e planetas em uma totalidade cognoscível. A partir do século XIX, as redes passaram a designar um conjunto de técnicas de gestão utilizadas pelo Estado para controle do território. In: MUSSO, Pierre. “La raison du Réseau”. In: *Quaderni*, n. 52, 2003, p. 56.

<sup>7</sup>CORRÊA, Roberto Lobato. “Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente”. In: *Cidades*, v. 9, n. 16, 2012, p. 200.

<sup>8</sup>SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 221.



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

Pode-se estimar que as agências de Correio tenham desempenhado importante papel na constituição dos espaços públicos, bem como na estruturação da paisagem urbana, orientando a vida cotidiana das comunidades. Localizadas na rua principal da cidade ou em suas imediações, elas eram endereço conhecido por todos, lugar de difusão de notícias e de estreitamento de laços de sociabilidade, práticas consideradas fundamentais para a formação da opinião pública no século XIX. Observa Sebastien Richez que, nessa época, as agências de Correio francesas representavam, conjuntamente às Casas de Câmara e outros edifícios públicos, “*marque solide et visible de la présence de l’État*”.<sup>9</sup>

Já as linhas possuem um regime de funcionamento que necessita ser esclarecido. Se a definição dos trajetos era obra do Estado, motivada por demandas econômicas, políticas e sociais; a condução e o transporte das correspondências respondiam, em contrapartida, a empreendimentos predominantemente privados que se materializavam, sobretudo, em contratos de arrematação. É, portanto, nessa dupla subordinação administrativa, ao mesmo tempo pública e privada, que devemos compreender esse importante elemento do sistema postal brasileiro no século XIX.

Outra distinção importante diz respeito aos diferentes vetores que caracterizam o sistema postal do Império. Em artigo sobre o mercado brasileiro no Oitocentos, Renato Leite Marcondes evidencia a importância do comércio de cabotagem para a circulação interprovincial de bens. Reiterando uma tese de Caio Prado Júnior, o autor afirma que antes da febre ferroviária do último quartel do século XIX, o principal eixo de desenvolvimento comercial foi pela via marítima.<sup>10</sup> Nesse sentido, podemos estimar que as rotas marítimas tivessem desempenhado papel preponderante sobre suas congêneres terrestres, em especial no tocante à comunicação com as províncias do norte, cujos territórios eram mais difíceis de serem acessados pelo interior do continente.

A natureza peculiar das redes de comunicação postal engendrou ainda um conjunto de termos especializados que tinham na polissemia sua marca principal. Como exemplo disso podemos citar o fato de algumas expressões do léxico administrativo dos Correios serem advindas do vocabulário militar, tais como “*marcha*” (para velocidade dos entregadores) e “*giro*” (para o itinerário adotado pelos mesmos). Alguns vocábulos

---

<sup>9</sup>RICHEZ, Sébastien. “L’essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle”. In: *Annales de Normandie*, v. 50, n. 4, 2000, p. 525.

<sup>10</sup>MARCONDES, Renato Leite. “O Mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem”. In: *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, 2012, p. 143.



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

relacionados à divisão do trabalho indicam, por sua vez, relações diferenciadas com o tempo e o espaço. Esse era o caso de “*estafetas*” e “*pedestres*”, categorias significavam, respectivamente, “*el correo ordinário que va á caballo de um lugar á outro*” e “*Correo de á pie, [...] que suele desempeñar á la vez el cargo de cartero distribuidor en uno ó más lugares de escasso vecindario y cercanos entre si*”.<sup>11</sup>

Como disse o jurista pernambucano Vicente Pereira Rego na metáfora que serve de título a esse artigo, os Correios são uma instituição complexa, cujo funcionamento – “*jogo contínuo de numerosas molas*” – se articula em diversas instâncias: decretos e regulamentos que conferem à administração postal um quadro institucional; reformas que são adotadas com maior ou menor êxito, influenciando nas finanças da repartição; poderes que intervêm na criação de agências e na definição dos trajetos das linhas, sem nos esquecermos dos empregados e usuários que conferem significado social a esse serviço. Sendo assim, cremos que a maneira como se organizou os Correios brasileiros no século XIX possa nos revelar muito sobre outro jogo – o das molas econômicas, administrativas e sociais que movimentavam o próprio Império.

### **1. Dos primeiros ensaios ao estabelecimento da Diretoria Geral dos Correios**

O estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808 implicou na montagem de um amplo e complexo aparelho capaz de assegurar a unidade do Império luso-brasileiro, então em estado de guerra. Nesse processo, que teve como corolários a reorganização espacial do poder monárquico e a expansão da máquina administrativa e fiscal, novos órgãos governamentais foram estabelecidos e outros se constituíram a partir da adaptação das estruturas coloniais existentes. Dentre essas instituições, destacam-se as Secretarias de Estado, os Tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência Geral de Polícia, o Erário Régio, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, entre outros.

Qual era a inserção dos serviços postais nessa estrutura administrativa? Pode-se dizer que, até meados da década de 1840, os Correios não constituíram uma repartição unificada, estando segmentados em duas categorias: os Correios marítimos, que

---

<sup>11</sup>CLAVERIA, Gloria. El léxico del correo en los diccionarios de la Academia Española de la segunda mitad del siglo XIX. In: *Estudi General 21 – Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*. v. 1, 2001, p. 387.



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

respondiam à Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e os Correios terrestres ou de interior, cuja jurisdição cabia à pasta de Negócios do Brasil. Ademais, as tarifas de porte de correspondências eram consideradas objeto exclusivo do Erário Régio, o que confirma o caráter marcadamente fiscal dos empreendimentos postais de Antigo Regime.

No mesmo ano de sua chegada ao Brasil, o príncipe regente D. João tomou uma importante medida em relação aos Correios: promulgou, em 22 de novembro de 1808, o *Regulamento Provisional para a Administração Geral do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Como o próprio título indica, à maneira do que fora feito para o Reino em 1799, esse documento não propunha ampla reestruturação das práticas postais vigentes no interior do Império, mas apenas de diretrizes provisórias para a organização do aparato administrativo postal já existente na colônia.

Para além do Rio de Janeiro, as preocupações de D. João como aparato dos Correios nas províncias foram pontuais e traduziram-se em uma série de regulamentos que tinham por objetivo ligar à Corte algumas regiões consideradas estratégicas para a manutenção da soberania imperial (*Quadro 1*). Dentre essas regiões destacam-se Minas Gerais, importante abastecedora da Corte com produtos agrícolas e portal de entrada para as capitanias do interior.

**Quadro 1 - Dias de partidas dos correios destinados para a comunicação interior da Corte e cidade do Rio de Janeiro com a vila de Campos dos Goitacazes, e com as capitanias de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Pará (1810).**

	Partida dos correios do Rio de Janeiro, Vila Rica e São João Del Rey	Partida dos correios do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo	Partida dos correios do Rio de Janeiro e da Vila de São Salvador dos Campos de Goitacazes
Janeiro	1; 11; 21; 31	2; 12; 22	3; 13; 23
Fevereiro	10; 20	1; 11; 21	2; 12; 22
Março	2; 12; 22	3; 13; 23	4; 14; 24
Abril	1; 11; 21	2; 12; 22	3; 13; 23



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal**

### **No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

	E assim por diante em todos os dias 1, 11 e 21 dos outros meses	E assim em diante com todos os dias 2, 12, e 22 dos outros meses	E assim por diante em todos os dias 3; 13 e 23 dos outros meses
--	---	--	---

Fonte: Biblioteca Nacional - RJ, Seção de Manuscritos, Documento I-9, 12, 4.

Já a Bahia e capitanias do norte não foram objeto de nenhuma regulamentação específica que buscasse conectá-las à Corte por meio de rotas terrestres, preferindo-se o Correio marítimo nesses casos. A inexistência de leis não significa, contudo, que não houvessem projetos para melhorar o estado das comunicações postais nessas regiões. Evidencia disto é o *Plano econômico e provisional para o estabelecimento do correio da Corte para a cidade da Bahia por terra* (1808), de autoria do desembargador Luís Tomás Navarro de Campos.<sup>12</sup>

O incremento das comunicações postais também esteve relacionado à política de incentivo à imigração europeia levada a cabo pelo governo joanino no Brasil: em janeiro de 1820, com o estabelecimento da colônia suíça do Morro Queimado (atual Nova Friburgo), a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (denominação da pasta de Negócios do Brasil após 1815) mandou executar um regulamento para o estabelecimento de um correio entre a Corte e essa localidade. Pode-se estimar que essa medida tenha facilitado a comunicação dos colonos suíços com seus lugares de origem, o que contribuiu indiretamente para a propagação de notícias sobre as condições de trabalho no Brasil.

É consenso historiográfico que a transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro marcou o início do processo de descolonização do Brasil, o qual se deu em dois sentidos complementares: desagregação das instituições coloniais, tais como os vice-reinados e as câmaras municipais (núcleos de muitos localismos poderosos) e integração do complexo imperial luso-brasileiro ao então emergente sistema mundial de dependências capitaneado pela Inglaterra. Esses movimentos coincidiram com a internacionalização econômica e cultural do território brasileiro, sobretudo do espaço

---

<sup>12</sup>Para Navarro de Campos, o estabelecimento do *Correio da Costa* (como ele denominava esse empreendimento) traria grandes vantagens tanto ao serviço administrativo quanto ao “*comércio dos povos*”. Para isso, o autor propunha que as despesas fossem feitas pelas próprias autoridades dos municípios por onde a linha dos Correios passasse. O documento em questão ainda dispõe sobre os deveres das autoridades locais em relação ao bom andamento do serviço postal: uma de suas cláusulas estipula por exemplo que, em “*lugares sujeitos a perseguição do Gentio bárbaro*”, os juízes ordinários mandassem “*uma escolta dos mesmos Índios armados em guarda do Estafeta*”. Localização: Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – I-32,09,002.



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

urbano carioca, que se abriu ao fluxo do comércio transatlântico, das expedições científicas, da imprensa e, também, das correspondências postais.

A emergência do Brasil como corpo político autônomo a partir de 1822 alterou significativamente o papel dos Correios na montagem do aparelho de Estado, conferindo-lhes um sentido político até então inexistente no repertório das instituições administrativas luso-brasileiras: tratava-se não mais de ligar à Corte as diversas províncias do Império, mas também de prover essas províncias de uma uniformização burocrática que assegurasse a eficiência das comunicações e, com isso, a governabilidade do território. Um dos marcos legais desse processo foi o *Regulamento da Administração dos Correios* (1829), primeiro documento a dispor sobre a organização desse órgão em nível nacional.

Subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, a Administração dos Correios tinha como atribuições fiscalizar, dirigir e promover a melhoria das práticas postais vigentes em todo país, além de gerir as finanças dos Correios da Corte. Também foi estabelecido que, em cada capital de província, haveria um administrador que serviria como tesoureiro e chefe de repartição, sendo que todas as cidades e vilas deveriam possuir um agente postal custeado a expensas das municipalidades.

A semelhança de legislações anteriores, o *Regulamento da Administração dos Correios* estipulava diretrizes para o expediente dessa repartição, tais como horários de funcionamento das agências, forma de atendimento ao público e controle do ponto dos funcionários. No que tange à distribuição das cartas, continuou em vigor o método de listas nominativas segundo o qual ao administrador competia comunicar os destinatários para que estes fossem buscar sua correspondência nas agências. Não obstante isso, estabeleceu-se uma anuidade para as casas de comércio e demais particulares que desejassem pagar pelo serviço de entrega domiciliar.

Promulgado em 5 de março de 1829, no mesmo ano da lei francesa sobre o serviço de *postes rurales*,<sup>13</sup> o *Regulamento da Administração Geral dos Correios* representou o esforço do governo brasileiro em expandir sua autoridade de maneira racional pelos

---

<sup>13</sup>Aprovada durante o reinado de Carlos X, a lei de 10 de junho de 1829 (também denominada *Lei Sapey*, em homenagem ao deputado que a idealizou, Charles Sapey) determinava “*l'établissement d'un service de poste dans toutes les communes de France*”. Nesse mesmo ano, cerca de 35.000 caixas postais (*boîtes aux lettres*) foram instaladas pelo país, sendo recrutados mais de 5.000 pedestres (*facteurs*) para as tarefas de coleta e distribuição. Cf.: RICHEZ, Sébastien. “Le Facteur rural des postes em France avant 1914: un nouveau médiateur au travail”. In: *Le Mouvement Social*, n. 218, jan./mar. 2007, pp. 29 – 44.



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

territórios marítimos e continentais, ao mesmo tempo em que mantinha-se institucionalmente equiparado ao que havia de mais moderno em termos de administração postal no mundo.

Durante a primeira metade do século XIX, a Administração Geral dos Correios ainda passou por diversas reformas institucionais: em junho 1831, um decreto promulgado pela Regência suprimiu a diretoria desse órgão, transferindo suas atribuições para os Presidentes de Província. Essa organização perdurou até 1844, quando o modelo de centralização administrativa foi restaurado, promulgando-se um novo regulamento para a repartição.

Os primeiros anos de reinado de Dom Pedro II ainda assistiram a mudanças significativas no tocante à mercantilização dos serviços postais: em 1842, o governo fixou em 60 réis o valor dos portes das cartas conduzidas por terra cujo peso não excedesse 4 oitavas. Também foi instituído o pagamento prévio dos portes com base na venda de selos, os quais ficaram popularmente conhecidos como *Olhos de Boi*. Vale ressaltar que o Brasil foi o terceiro país do mundo a implantar esse sistema de uniformização tarifária, sendo precedido pela Inglaterra e pelo cantão suíço de Zurique.

As reformas da década de 1840 devem ser vista, portanto, como elemento fundamental no processo de racionalização do sistema postal brasileiro e de inserção desse sistema no conjunto de instituições liberais que caracterizaram o Estado imperial no século XIX. Ela também assinala a crescente presença do mercado e da lógica capitalista na regulação dos fixos e fluxos de que se compunha o território nacional.

### **2. Uma rede em construção: finanças, fixos e fluxos**

As transformações na legislação postal ocorridas na década de 1840 tiveram como consequência a melhoria na contabilidade dos Correios brasileiros, fenômeno que se insere no processo de racionalização dos aparelhos administrativos de Estado sob a égide do projeto *saquarema* de governo. Nesse contexto, os relatórios da Secretaria de Estado e Negócios do Império passaram a disponibilizar dados financeiros e estatísticos relativos aos Correios, através dos quais é possível verificar a trajetória das rendas dessa repartição no espaço de duas décadas (*Tabela 1*).

**Tabela 1 – Receita e despesa dos Correios brasileiros (1840 – 1860)**



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

Ano	Receita	Despesa
1840	63.727\$000	136.910\$000
1841	63.724\$000	132.061\$000
1842	65.995\$000	138.655\$000
1843	85.567\$863	114.851\$000
1844	115.916\$731	-----
1845	114.065\$277	-----
1846	146.965\$724	169.822\$852
1847	142.586\$002	186.070\$371
1848	148.679\$873	204.529\$000
1849	143.016\$974	211.617\$244
1850	143.249\$116	204.245\$484
1851	168.244\$133	236.848\$627
1852	183.322\$195	246.021\$408
1853	204.823\$352	249.845\$612
1854	218.599\$604	252.171\$193
1855	236.192\$971	265.410\$536
1856	258.191\$076	297.712\$514
1857	278.289\$034	373.139\$090
1858	304.839\$723	437.770\$773
1859	317.526\$004	491.579\$638
1860	355.938\$837	512.606\$255

Fonte: Elaboração própria com base nos *Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império* (1845 - 1860).

Com a nova política tarifária, percebe-se uma ascensão considerável na renda dos Correios brasileiros (79%), que chega a 114.065\$277 réis, em 1845. No Rio de Janeiro, essa repartição assistiu a um expressivo aumento de sua receita, que passou de 36.059\$168 réis no ano anterior à implantação dos selos postais para 85.807\$900 no final da década em questão, ou seja, um crescimento de 138% (*Tabela 2*). Também o volume de objetos postais cresceu consideravelmente, pois em 1858 seu valor era quase seis vezes maior que há duas décadas atrás (*Tabela 3*).

**Tabela 2 - Renda da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro**

Ano	Receita
1840	32.216.563
1841	34.495.591
1842	36.059.168
1843	44.561.194



***“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro***

1844	60.369.597
1845	77.458.195
1846	40.000.000
1847	70.000.000
1848	85.807.900

Fonte: *Relatório ministerial da Secretaria de Estado e Negócios do Império, 1850.*



**Tabela 3 – Correspondências importadas e exportadas pela Adm. do Correio da Corte**

<b>Ano</b>	<b>Volume</b>
1838	530.967
1839	582.292
1845	742.359
1851	1.338.112
1852	1.421.284
1853	1.617.630
1854	1.718.370
1855	1.903.543
1856	2.342.873
1857	2.642.573
1858	2.936.137

Fonte: *Relatório ministerial da Secretaria de Estado e Negócios do Império, 1861.*

A escalada da receita, contudo, não foi suficiente para fazer frente ao déficit crônico que caracterizava os serviços postais brasileiros. Contrariando as expectativas do governo de que esse problema viesse a desaparecer com as medidas instituídas na administração, o que se constata é o aumento dessa diferença negativa ao longo da dos anos 1840, atingindo mais de cem contos de réis no final do decênio seguinte.<sup>14</sup>

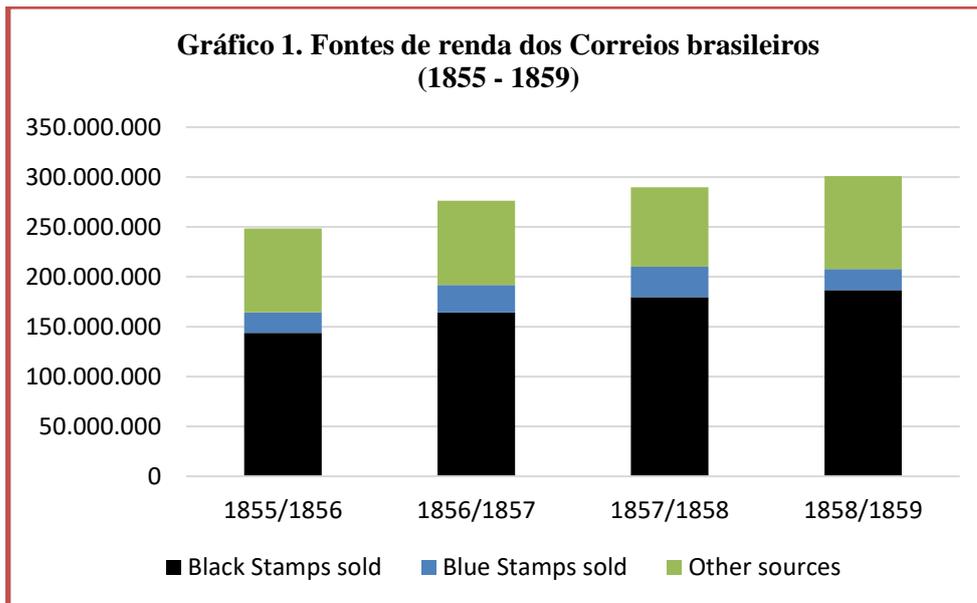
Os primeiros anos da década de 1850 assistiram a um aumento expressivo na capacidade de arrecadação dos Correios, os quais auferiram a soma de 236.192\$971 réis em 1855. Houve também diminuição na diferença entre receita e despesa, que tenderam a se equilibrar, não chegando a 30 contos de réis nesse mesmo ano. Dentre as fontes de renda nessa época, destaca-se a venda de selos pretos e azuis, denominados *Olhos de Cabra e Olhos de Gato* respectivamente, sendo a primeira rubrica avaliada em 143.915\$809 réis, ou 56% das rendas totais do ano de 1855 (*Gráfico 1*).

---

<sup>14</sup>O déficit crônico não era, contudo, uma exclusividade do caso brasileiro: em estudo clássico sobre o desenvolvimento das tarifas postais nos Estados Unidos entre os anos de 1845 e 1955, Jane Kennedy identifica diversos fatores que teriam tornado os Correios norte-americanos uma instituição caracteristicamente deficitária. Cf.: KENNEDY, Jane. “Development of Postal Rates: 1845 – 1955”. In: *Land Economics*, v. 33, n. 2, 1957, pp. 93 – 112.



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**



Fonte: Elaboração própria com base nos *Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império* (1845 - 1860).

Algumas mudanças, no entanto, passaram a ocorrer a partir de 1857: nesse ano, o valor das despesas disparou, chegando a 373.139\$090 réis. Nem com uma porcentagem de crescimento de 94% em relação ao início da década, a receita foi suficiente para fazer frente aos gastos expendidos, o que gerou um déficit de quase 95 contos de réis, o maior da história dos Correios brasileiros até então. Com o fechamento da década, o déficit dos Correios esteve na casa dos 150 contos de réis.

Em anexo ao relatório ministerial daquele ano, o Diretor Geral dos Correios, Thomaz José Pinto de Serqueira, expôs de forma circunstanciada a situação financeira e organizacional da repartição sob sua jurisdição. Segundo ele, o avultado crescimento das despesas para o ano em questão era motivado, dentre outros fatores, pela criação de novas agências e linhas postais, fenômeno que, como veremos adiante, se intensificou justamente no período em questão. Outra justificativa para os gastos foi o ajuste no vencimento de estafetas e pedestres, bem como o aumento na gratificação concedida aos agentes postais nas diversas localidades do Império.

O que esses dados financeiros nos indicam, portanto, é que, mesmo com déficits crônicos e gastos crescentes, os serviços postais brasileiros estavam expandindo sua burocracia e tornando-se mais rentáveis. Todavia, rentabilidade e expansão burocrática significariam crescimento? Em outras palavras, estaria a Administração Geral dos



## **“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

Correios investindo na ampliação da infraestrutura de comunicação postal existente no Império? E esse processo teria sido uniforme em todo o país?

É consenso entre os geógrafos que uma das principais características das redes é a sua distribuição desigual pelo espaço. De acordo com Milton Santos, “*não existe homogeneidade do espaço, como também, não existe homogeneidade das redes. [...] o espaço permanece diferenciado e esta é uma das razões pelas quais as redes que nele se instalam são igualmente heterogêneas*”. Sendo assim, e partindo do pressuposto de que no Brasil do século XIX havia profundas desigualdades regionais, buscaremos identificar as heterogeneidades do sistema postal brasileiro com base em dois níveis de análise: financeiro e geográfico. Para isso, analisaremos os seguintes dados dispostos nos relatórios ministeriais:

1) *Para o nível financeiro*: 1.a.) receita/despesa dos Correios nas províncias; 1.b.) fontes de renda dos Correios nas províncias; 1.c.) principais despesas dos correios nas províncias; 1.d.) relação despesa dos Correios/ despesa total orçada para as províncias;

2) *Para o nível geográfico*: 2.a.) evolução do número de linhas; 2.b.) evolução do número de agências; 2.c.) relação número de linhas/léguas quadradas; 2.d.) porcentagem de cobertura do território das províncias por linhas postais;

### **2.1. As finanças dos correios nas províncias**

O caráter deficitário atribuído aos correios brasileiros pelos ministros do Império também era um realidade em escala regional. Nos anos 1840, não obstante as mudanças ocorridas na legislação, a maioria das administrações provinciais registrou déficits em suas finanças, tendência que pode ser inferida com base nos dados de uma amostragem composta pelos primeiros e últimos dois anos da década em questão (*Tabela 4*).



Tabela 4 – Orçamento de receita e despesa dos correios do Império (1842/1848)

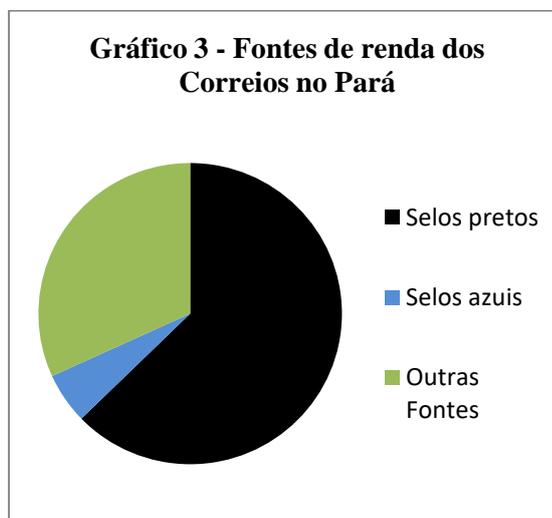
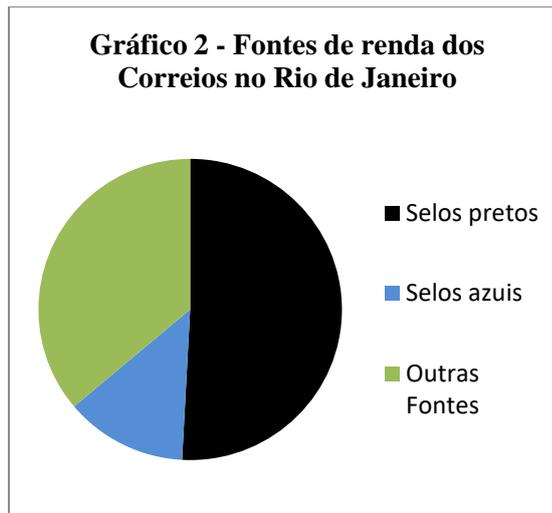
Províncias	1842			1848		
	Receita	Despesa	Saldo/Déficit	Receita	Despesa	Saldo/Déficit
Rio de Janeiro	36.059.168	29.313.450	6.745.718	90.162.210	60.202.467	29.959.743
Minas Gerais	531.155	17.663.453	-17.132.298	8.191.415	24.503.605	-16.312.190
Mato Grosso	397.195	864.772	-467.577	271.700	2.618.800	-2.347.100
Goiás	283.870	3.182.608	-2.898.738	424.000	3.653.100	-3.229.100
São Paulo	4.499.644	14.168.777	-9.669.133	12.222.111	20.118.524	-7.896.413
Santa Catarina	792.596	2.232.967	-1.440.371	1.941.870	2.344.800	-402.930
São Pedro do Sul	1.326.380	10.142.213	-8.815.833	13.130.000	18.911.000	-5.781.000
Espírito Santo	335.003	3.178.462	-2.843.459	560.330	3.761.970	-3.201.640
Bahia	7.029.150	10.615.444	-3.586.294	13.591.090	16.099.660	-2.508.570
Sergipe	120.652	1.807.695	-1.687.043	350.000	2.256.800	-1.906.800
Alagoas	308.910	3.606.749	-3.297.839	1.150.600	3.664.720	-2.514.120
Pernambuco	5.368.240	9.105.071	-3.736.831	13.000.000	10.590.000	2.410.000
Paraíba do Norte	455.890	2.399.955	-1.944.065	770.955	2.980.233	-2.209.278
Rio G. do Norte	118.525	1.372.438	-1.253.913	210.610	2.053.285	-1.842.675
Ceará	1.218.940	3.326.122	-2.107.182	1.744.000	3.437.800	-1.693.800
Maranhão	3.215.485	7.248.816	-4.033.331	6.276.000	8.254.560	-1.978.560
Piauí	66.510	1.613.177	-1.546.667	1.098.140	4.536.080	-3.437.940
Pará	1.826.660	1.725.530	101.130	4.532.950	3.842.310	690.640
<b>Soma</b>	<b>63.953.973</b>	<b>123.567.699</b>	<b>-59.613.726</b>	<b>169.627.981</b>	<b>193.829.714</b>	<b>-24.201.733</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 - 1860).

Apenas duas províncias, Rio de Janeiro e Pará, conseguiram permanecer superavitárias. Ambas registraram significativas taxas de crescimento, sendo que a receita dos correios fluminenses cresceu 150% em comparação com os 105% da despesa, enquanto os serviços postais do Pará tiveram aumento de 148% na receita e 123% na despesa. Dentre as principais fontes de renda dos correios dessas províncias, destacam-se, mais uma vez, os selos pretos e azuis (*Gráficos 2 e 3*), indício de que o processo de mercantilização dos objetos postais também ocorreu em escala regional.



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**



Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 – 1860).

Dentre as administrações deficitárias, merece destaque a de Minas Gerais: mesmo com uma das maiores taxas de crescimento do Império (1442%),<sup>15</sup> os correios dessa província não tiveram renda suficiente para fazer frente às avultadas despesas do expediente postal, cuja média girou em torno dos 21.000\$000 réis. Nas rubricas de despesa, sobressaem gastos com o custeio da administração sediada em Ouro Preto, ordenados dos funcionários que nela trabalhavam, além das gratificações pagas aos agentes das vilas e cidades da província.

As desigualdades financeiras entre as administrações provinciais também são observadas ao analisarmos o lugar que suas despesas ocupavam nos orçamentos gerais

<sup>15</sup> É provável que essa porcentagem esteja equivocada em função da subnotação dos valores contidos nos relatórios ministeriais.



**“Jogo Contínuo De Numerosas Molas”: Finanças E Infraestrutura De Comunicação Postal  
No Brasil Do Século XIX – Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro**

das províncias. Para isso, optamos por comparar os dados relativos à despesa dos correios com a despesa geral orçada para as províncias no ano de 1846 (*Tabela 5*).

**Tabela 5 – Relação Despesa com correios/ orçamento provincial - 1846**

Províncias	Despesa Geral	Despesa Correios	% Despesa Geral gasta com Correios
Rio de Janeiro	8.667.611.974	60.885.295	1%
Minas Gerais	82.205.444	19.736.944	24%
Mato Grosso	70.325.379	1.689.760	2%
Goiás		4.615.000	
São Paulo	142.639.492	17.054.879	12%
Santa Catarina	93.607.217	1.426.831	2%
São Pedro do Sul	774.079.091	14.797.466	2%
Espírito Santo	23.229.955	3.138.666	14%
Bahia	666.089.825	14.103.315	2%
Sergipe	41.583.111	2.127.000	5%
Alagoas	181.498.235	3.300.159	2%
Pernambuco	430.675.302	9.195.381	2%
Paraíba do Norte	40.097.209	1.262.161	3%
Rio G. do Norte	30.245.602	1.239.313	4%
Ceará	74.725.579	2.577.011	3%
Maranhão	224.254.942	7.625.929	3%
Piauí	30.231.617	3.283.000	11%
Pará	180.974.489	2.364.084	1%
<b>Soma</b>	<b>11.754.074.463</b>	<b>170.422.194</b>	<b>1%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 - 1860).

O aspecto que mais sobressai dessa tabela é a expressividade dos gastos dos correios, os quais correspondem, em média, a apenas 6% dos gastos totais das províncias. Cremos que esse fato esteja relacionado, no entanto, mais aos altos valores calculados para os gastos das províncias – um total de mais de 11 contos de réis – do que a uma suposta irrelevância dos gastos com o expediente postal.

O que podemos sumarizar desses dados é que eles nos revelam a importância estratégica dos correios para a manutenção da ordem imperial. Com a ampliação dos mercados e a uniformização das tarifas postais, esse aparelho passou a ser visto não apenas como fonte de renda, mas também como *serviço público*, serviço esse que o Estado tinha dever de oferecer à população.

A antecipação do pagamento dos portes e a utilização de selos postais para certifica-los certamente permitiu assegurar a rentabilidade do empreendimento postal, mas isso não foi regra: algumas administrações, como as do Rio de Janeiro, souberam se valer da nova conjuntura administrativa e triplicaram suas receitas. Outras, porém, continuaram deficitárias, característica que se agravou ao longo dos anos e gerou impactos na infraestrutura dos serviços postais.

### **3.2. Fixos e fluxos da administração postal**

A preservação da unidade foi tema constante na agenda dos políticos brasileiros do Oitocentos. Para eles, um território unificado e contíguo era não somente atributo de soberania, mas também elemento fundamental na definição do caráter nacional. Assim, ao identificarem riqueza natural e gigantismo territorial como características constitutivas do Império, eles sublinhavam a singularidade dessa formação política no processo de constituição dos Estados nacionais.

País territorialmente extenso, o Brasil não era, contudo, um país coeso. No âmbito social, por exemplo, a Independência política não havia sido capaz de neutralizar as identidades regionais e gerar uma coletividade de cidadãos, reunidos em torno de um mesmo projeto de nação. Ademais, era incoerente que uma sociedade que se dizia civilizada, defensora dos princípios de liberdade e igualdade dos indivíduos perante a lei pudesse calcar-se em bases escravistas, herdadas do período colonial. Em face dessas contradições, a unidade afigurava-se mais como um artifício forjado para obliterar a “careta” do atraso que teimava em estampar o semblante do Império.



Mesmo após a consolidação do Estado monárquico, nas décadas de 1840 e 1850, o território brasileiro assemelhava-se a um mosaico repleto de assimetrias, tanto em nível de representatividade política, quanto nos contornos irregulares das províncias, que deixavam em evidencia imensos ecúmenos vazios. Os antagonismos gerados pela centralização do aparelho administrativo na Corte do Rio de Janeiro eram perceptíveis não apenas na escala nacional, como também no interior das províncias, unidades administrativas compostas de diversos localismos.

Em que medida a distribuição de fixos e fluxos postais pelo território do Império reproduziu a imagem do *mosaico brasileiro*? De início, podemos constatar que a densidade da malha postal desse país – 0,05 agências para cada 1.000 habitantes – estava muito aquém das realidades norte-americana e europeia: em 1828, os Estados Unidos tinham uma razão de 74 agências postais para cada 100.000 habitantes, no Reino Unido essa razão era de 17 e França, 4.<sup>16</sup> Ademais, a política de criação de agências levada a cabo pelo governo imperial nos anos 1850 não foi igual em todas as províncias, nem em resultados, nem em intensidade (*Tabela 6*).

**Tabela 6 – Evolução das agências postais no Brasil (1854 – 1860)**

Províncias	Número de agências criadas								Total de agências por província	Média de crescimento (%)
	anterior a 1854	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860		
Rio de Janeiro	58	2	9	6	5	3	5	5	<b>93</b>	60%
Minas Gerais	49		3	3	3	2	6		<b>66</b>	35%
Mato Grosso	9								<b>9</b>	0%
Goiás	18		1						<b>19</b>	6%
São Paulo	47	1	2	1	3	1	4	3	<b>62</b>	32%
Santa Catarina	3				1				<b>4</b>	33%
São Pedro do Sul	18	1			1	2	2	3	<b>27</b>	50%
Espírito Santo	10							1	<b>11</b>	10%
Bahia	26		3	2	3	2	3		<b>39</b>	50%
Sergipe	13		1		1				<b>15</b>	15%

<sup>16</sup>JOHN, Richard R. “Governmental Institutions as Agents of Change: Rethinking American Political Development in the Early Republic, 1787 – 1835”. In: *Studies in American Political Development*, v. 11, pp. 347 – 380. 1997.



## Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

Alagoas	7		2			2	9		<b>20</b>	186%
Pernambuco	10	19			1	3	1		<b>34</b>	240%
Paraíba do Norte	15					1			<b>16</b>	7%
Rio Grande do Norte	17							1	<b>18</b>	6%
Ceará	17					1		1	<b>19</b>	12%
Maranhão	13	1		5			3	1	<b>23</b>	77%
Piauí	12			2		1			<b>15</b>	25%
Pará	9				1			3	<b>13</b>	44%
Amazonas	6								<b>6</b>	0%
Paraná	8	3			1				<b>12</b>	50%
<b>Soma</b>	<b>365</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>521</b>	43%

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 - 1860).

Apenas Rio de Janeiro e São Paulo estiveram presentes em todos os anos de nossa série: coincidentemente, essas são as províncias com maior número de agências postais – 93 e 62, respectivamente – além de Minas Gerais, cuja infraestrutura era composta de 66 agências. Juntas, essas três províncias somavam 221 agências, ou 42% do total registrado para o ano de 1860.

É curioso notar que, embora haja uma real concentração de agências na região Sudeste, três das províncias que mais se beneficiaram da política de criação de agências postais dos anos 1850 estão nas regiões Norte e Nordeste. São elas: Pernambuco, com crescimento de 240%; seguida de Alagoas (186%) e Maranhão (77%).

Antes de 1854, a província de Pernambuco contava com apenas dez agências postais e um expediente composto por 44 empregados (o que representa uma média de 4,4 funcionários por agência). A sede dos correios ficava na capital da província, Recife, cidade de onde saíam cinco das onze linhas postais que atendiam o interior.<sup>17</sup> Outro pólo congregador de fluxos era a agência de Vila Bela (atual Serra Talhada), localizada no sertão do Planalto da Borborema. Nesse ano, foram criadas agências nas seguintes vilas: Água Preta; Altinho; Barreiros; Bela; Bezerros; Brejo da Madre de Deus; Cabo; Iguarassú; Ingazeira; Ipojuca; Limoeiro; Pau d’Alho; Pesqueira; Pimenteiras; Rio Formoso; São Lourenço da Mata; Serinhaem; Uná e Narareth. Com isso, Pernambuco

<sup>17</sup> Eram essas linhas: 1) de Recife a Pimenteiras; 2) de Recife a Guaranhuns; 3) de Recife a Rosas do Paraíba; 4) de Recife a Vila Bela; 5) de Recife a Olinda; 6) da Vila Bela a Boa Vista; 7) da Vila Bela a Mucury; 8) da Vila Bela a Exu; 8) da Vila Bela a Taratátú; 9) da Vila Bela a Cabrobó; 10) de Barreiros a Porto Calvo, em Alagoas.



## **Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas**

**Ferreira E Roberto Pereira Silva**

transformou-se, por algum tempo, na província com maior número de agências do Nordeste: 29, no total.

Em 1856, foi a vez do Maranhão aumentar seus fixos postais: datam desse ano a criação de cinco novas agências nas vilas de Chapada, Corda, São Bento, Vargem Grande e Riachão. Localizadas em pontos diametralmente opostos (uma no litoral, outra no sertão do Rio Parnaíba), essas duas últimas localidades, em especial, tornaram-se pontos de partida de três linhas distintas: uma delas ligava Vargem Grande à vila de Itapemirim e as outras duas ligavam Riachão às vilas de Carolina e Carotá. Não obstante esses arranjos, as agências da capital São Luiz e da vila de Caxias concentravam a maioria das linhas postais.<sup>18</sup>

A criação de agências postais em Alagoas teve seu ápice em 1859. Nesse ano, a malha postal da província teve um acréscimo de nove agências, a saber: Porto Jaraguá; Vila da Imperatriz; Mata Grande; Porto da Folha; Poxim; Vila do Norte; Anadia; Assembleia e Atalaia. Ademais, metade das linhas postais saíam da capital Maceió, com destino a vilas do interior, tais como Palmares, Gamela, Pão de Açúcar. Havia ainda uma linha interna que ligava por terra Penedo à Vila Nova, no Sergipe.

Em contraste com a dinamicidade das províncias nordestinas e maranhense, Mato Grosso e Amazonas mantiveram o mesmo número de agências (9 e 6, respectivamente) durante todo o período em questão. No primeiro caso, trata-se de uma província de fronteira cujas povoações figuravam como verdadeiras “bocas de sertão”. Quanto à distribuição das agências pelo território mato-grossense, essas estavam localizadas nas vilas de Albuquerque; Diamantino; Mato Grosso; Miranda; Caconde; Santa Maria; Santana do Parnaíba; Rio Grande e Piquerí. Havia, ademais, 20 empregados (média de 2,2 empregados por agência) e quatro linhas que ligavam a capital às vilas de Rio Grande, Mato Grosso, Diamantino e Santana do Parnaíba.

Já o Amazonas tinha agências postais nas vilas de Barcelos, Borba, Bela da Imperatriz, Ega, Maués e Serpa. Sua capital, São José da Barra do Rio Negro, era ligada às localidades do interior por meio de sete linhas, as quais alternavam trechos terrestres e

---

<sup>18</sup> As linhas maranhenses eram as seguintes: 1) de São Luiz a Parnaíba no Piauí; 2) de São Luiz a Caxias; 3) de São Luiz ao Brejo; 4) de Caxias ao Brejo; 5) de Caxias a Pastos Bons; 6) de Alcantara a Turiassú; 7) de Carotá ao Riachão; 8) do Riachão a Carolina; 9) de Itapemirim a Vargem.



fluviais.<sup>19</sup> Uma provável razão para o acanhamento da rede de correios amazonense é de ordem administrativa: nos anos contemplados pela série, o Amazonas ainda estava se desvencilhando financeira e burocraticamente do Grão-Pará, província limítrofe à qual esteve unido até 1852.

As diferenças regionais na distribuição da infraestrutura postal também podem ser analisadas com base nos dados sobre a evolução das linhas postais entre os anos 1858 e 1860 (*Tabela 7*). Neles, percebemos mais uma vez a centralização de infraestrutura nas províncias do Sudeste: juntas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais concentravam em torno de 40% de todas as linhas do Império.

Em relação ao crescimento dos fluxos postais, nota-se um cenário diverso: Rio de Janeiro, justamente a província com maior número de linhas postais, teve um decréscimo de 4% entre os anos contemplados pela série. Outras duas províncias tiveram crescimento negativo: Goiás (-8%) e Santa Catarina (-33%). Já o maior crescimento foi registrado por províncias de três regiões diversas: Paraíba (50%), São Pedro do Sul (36%) e Maranhão (33%). Por fim, vale notar que oito das vinte províncias do Império permaneceram com o mesmo número de linhas; sendo que Espírito Santo e Bahia chegaram a registrar algumas perdas, mas se recuperaram em 1860.

**Tabela 7 – Evolução das linhas postais no Brasil (1858 – 1860)**

Província	Número de Linhas Postais			
	1858	1859	1860	Média de crescimento (%)
Rio de Janeiro	54	57	52	-4%
Espírito Santo	5	4	5	0%
Bahia	35	23	35	0%
Sergipe	7	7	7	0%
Alagoas	8	8	8	0%
Pernambuco	11	11	11	0%
Paraíba	2	3	3	50%
Rio Grande do Norte	7	7	8	14%
Ceará	16	16	17	6%
Piauí	17	17	17	0%

<sup>19</sup> As linhas fluviais da província baiana eram as seguintes: 1) da capital a Maués; 2) de Maués a Bela da Imperatriz; 3) da capital a Tefé; 4) da capital a Barcelos; 5) da capital a Serpa; 6) da capital a Borba e 7) da capital a Bela da Imperatriz.



## Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

Maranhão	9	9	12	33%
Pará	12	12	12	0%
Amazonas	7	7	7	0%
Paraná	12	13	13	8%
Minas Gerais	34	41	40	18%
Goiás	12	11	11	-8%
Mato Grosso	4	4	5	25%
São Paulo	36	40	44	22%
São Pedro	25	32	34	36%
Santa Catarina	6	4	4	-33%
<b>Soma</b>	<b>319</b>	<b>326</b>	<b>345</b>	<b>8%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 - 1860).

Como se distribuía a infraestrutura de comunicação postal pelo território do Império? Para responder a essa pergunta, analisamos os dados correspondentes à porcentagem de cobertura das linhas de correio sobre a superfície das províncias (*Tabela 8*). Vale observar que esses dados nos fornecem uma imagem parcial e, muitas vezes, distorcida da geografia dos fixos postais. O ideal seria calcularmos a porcentagem de cobertura das linhas com base na superfície de área urbanizada das províncias, visto serem os Correios um serviço essencialmente urbano.

**Tabela 8 – Cobertura das linhas postais nas províncias (1859 – 1860)**

Províncias	Superfície total em léguas quadradas	1859		1860	
		Número de léguas abrangidas por linhas postais	Cobertura território (%)	Número de léguas abrangidas por linhas postais	Cobertura território (%)
Amazonas	66.300	431	1%	431	1%
Grão Pará	40.000	573	1%	534	1%
Maranhão	12.000	510	4%	578	5%
Piauí	10.500	693	7%	693	7%
Ceará	3.627	534	15%	534	15%
Rio Grande do Norte	2.000			176	9%
Paraíba	3.500	199	6%	176	5%
Pernambuco	3.287	509	15%	509	15%
Alagoas	2.556	176	7%	176	7%
Sergipe	1.360	154	11%	154	11%
Bahia	14.836	1.515	10%	1.515	10%



Espírito Santo	1.561	120	8%	120	8%
Rio de Janeiro	2.452	464	19%	468	19%
São Paulo	10.500	621	6%	664	6%
Paraná	6.200	107	2%	117	2%
Santa Catarina	4.380	92	2%	93	2%
São Pedro	8.204	607	7%	821	10%
Minas Gerais	20.000	918	5%	1.053	5%
Goiás	26.000	558	2%	558	2%
Mato Grosso	30.173	391	1%	391	1%

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios ministeriais da Secretaria de Estado e Negócios do Império (1845 - 1860) e em ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1868.

Esses dados nos revelam o quão rarefeita era o conjunto de linhas postais que se estendiam pelo interior do Império. A “*Rússia do Brasil*”, como era chamada Minas Gerais na época,<sup>20</sup> era uma das províncias com menor densidade: apenas 5% de seu território era coberto por linhas postais. Em outras unidades extensas, como Amazonas, Grão Pará e Mato Grosso, essa porcentagem caía para 1%.

Poucas províncias, com destaque para o Rio de Janeiro, tinham uma cobertura maior que 10% de sua superfície total. Outros destaques são Ceará e Pernambuco: províncias pequenas, ambas possuíam 15% de seus territórios cobertos por linhas postais. Por fim, vale notar que, na maioria das províncias, essa realidade se manteve inalterada, sendo São Pedro a unidade que registrou o acréscimo mais significativo: no espaço de um ano, a porcentagem em questão passou de 7% para 10%.

### Considerações finais

Ao refletir sobre a dimensão espacial das reformas tarifárias ocorrida na Europa durante a primeira metade do século XIX, o historiador francês Léonard Laborie sugere que a adoção da tarifa postal única “*a renforcé la dimension territoriale nationale liée à la Poste*”.<sup>21</sup> Segundo o autor, esse tipo de reforma teria sido vista pelos contemporâneos

<sup>20</sup>Em sessão parlamentar de 3 de maio de 1843, o deputado paulista Joaquim Otávio Nébias utilizou essa expressão como metáfora para criticar o gigantismo territorial de Minas Gerais. Vale observar que, na época, estavam sendo discutidos na Câmara projetos sobre a anexação de parte da região sul mineira à província de São Paulo.

<sup>21</sup>LABORIE, Léonard. «Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle». In: *Histoire, économie & société*, v. 2, 26<sup>e</sup> année, p. 15 – 27. 2007, p. 17.



## Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

como uma medida de “justiça territorial”, de vez que permitisse que as populações mais afastadas dos centros de poder não se ressentissem contra o governo por seu afastamento. Nesse sentido, ele questiona: “*Faut-il pour autant conclure à une «déspatialisation» de l’univers postal à partir de cette date?*”

Adaptada ao caso brasileiro, essa pergunta ganha dimensões específicas, as quais englobam nossa agenda de pesquisa: Em primeiro lugar, é necessário avaliar o real impacto das reformas da década de 1840 na estrutura financeira dos Correios, uma vez que, diferentemente dos países europeus que adotaram a postagem unificada, o Brasil possuía um território de dimensões colossais. Como hipótese provisória, pode-se estimar que ao investir na melhoria da infraestrutura de comunicação e, simultaneamente, reduzir os custos desse serviço para o consumidor (mesmo que isso implicasse em déficits nas finanças dos correios), o governo imperial buscava afinar suas políticas públicas com as dos principais países europeus, promovendo a integração territorial do Império via expansão dos serviços postais.

Em artigo intitulado *The Time of States*, Charles Tilly aponta duas características do poder político que estão diretamente relacionadas à problemática dos sistemas postais: *circunscrição* e *centralização*. O primeiro aspecto se refere à capacidade dos Estados de regular estoques e fluxos de recursos dentro e fora das fronteiras nacionais. Já centralização é a faculdade que essas instituições têm de penetrar em todos os níveis da atividade social pela via do comando, da coordenação e do controle.<sup>22</sup> De todos os órgãos administrativos do Estado imperial brasileiro, os Correios talvez tenham sido um dos que melhor articulam essas competências, de vez que seu expediente implicasse no domínio do espaço, por meio de agências e linhas espalhadas pelo território, e também do tempo, por meio de cronogramas de entrega, calendários de partidas e jornadas de trabalho.

A análise conjunta dos dados relativos a agências, linhas e abrangência territorial das redes nos permite tecer algumas considerações: primeiramente, elas confirmam o lugar de centralidade ocupado pela Corte e província do Rio de Janeiro na infraestrutura das comunicações postais. Ao se apropriar do espaço e do tempo, o Estado hierarquiza esses dois elementos e os converge como recursos para um centro especializado de poder. Nas palavras do geógrafo Claude Raffestin:

---

<sup>22</sup>TILLY, Charles. “The Time of States”. In: *Social Research*, v. 61, n. 2, 1994. pp. 269 – 295.



A capital está pois, com frequência, na origem de uma mais-valia espaço-temporal, uma vez que devora o espaço e o tempo social das outras regiões, impondo seus códigos. Esse controle dos códigos é realizado pelos atores sintagmáticos, que combinam suas estratégias a partir da capital. Mais-valia espacial, pois a capital impõem espaços com a ajuda de seus códigos, e mais-valia temporal, pois a capital obriga as outras a trabalharem seus códigos, a utilizá-los por um tempo cada vez maior.<sup>23</sup>

Em se tratando de fenômenos comunicacionais, essa análise investe-se de especial significado, pois como nota outro geógrafo, Camilo Vallaux, “*el cambio de pensamientos tolera siempre las pressiones ó tentativas de pressiones de una ó de varias voluntades sobre otras voluntades que las primeras intentan ya guiar, ya contrariar, ya estimular, ya ahogar*”.<sup>24</sup> Assim, ao estudarmos a constituição dos aparelhos de Estado no Brasil do século XIX, é importante termos em mente o processo pelo qual, por meio dos Correios e de outros instrumentos administrativos, a Corte do Rio de Janeiro realizou a mais-valia espaço-temporal sobre outras regiões do Império.

Contudo, como toda a centralidade segundo Raffestin pressupõem um “*topos*” e uma “*tensão*” ou seja, dinâmicas centrífugas e centrípetas que se complementam, a concentração de fixos e fluxos postais no interior do território fluminense evidencia não apenas o poder político exercido pela Corte, mas também a dificuldade do governo imperial em vencer as distâncias físicas e ideológicas que ameaçavam constantemente a unidade nacional.

A estrutura das redes postais no Brasil oitocentista também nos revela a articulação de diversas escalas: 1) *nacional*, que representa o projeto de integração territorial levado a cabo pelo governo saquarema; 2) *regional*, que corresponde, dentre outros aspectos, às diferenças entre províncias do Sul/Sudeste e Norte/Nordeste matizadas pelas demandas do mercado e 3) *local*, onde segundo Milton Santos, “*os fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta*”. A título de conclusão, exemplificamos essa última escala com uma inusitada passagem relatada por Antonio Xavier da Silva, administrador do correio de Ouro Preto, ao presidente da província de Minas Gerais, em 1858:

---

<sup>23</sup>RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 195.

<sup>24</sup>VALLAUX, Camilo. *El suelo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914, p. 267.



## Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Estafeta João Crioulo, escravo de Manoel Mario da Silva, Arrematante do Correio entre esta cidade e a de Sabará, tendo daqui partido para aquela Cidade no dia 8 do corrente mês chegando ao Distrito do Rio de Pedras entrou para o mato abriu a mala que conduzia, e dilacerou grande parte da correspondência oficial e particular no intuito de encontrar dinheiro conforme confessou.<sup>25</sup>

Esse episódio sintetiza, a nosso ver, alguns dos dramáticos e contraditórios *jogos de molas* que caracterizaram o Império brasileiro: um condutor escravo (portanto propriedade privada de alguém) que carrega em suas costas, sob a forma de malotes postais, a responsabilidade por um serviço público. Nesse equilíbrio instável, o “*elemento humano*” dessa rede, premido pela intolerável concretude de sua condição social, decide romper com a tessitura do espaço que ele mesmo, a cada légua percorrida, torna realidade. O resultado: nesse dia 8, as cartas que saíram de Ouro Preto não chegaram a Sabará.

### Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966.
- CLAVERIA, Gloria. “El léxico del correo en los diccionarios de la Academia Española de la segunda mitad del siglo XIX”. In: *Estudi General 21 – Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*. v. 1, 2001. pp. 381 – 393.
- CORRÊA, Roberto Lobato. «Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente ». In: *Cidades*, v. 9, n. 16, 2012. pp. 1 – 20.
- LABORIE, Léonard. «Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle ». In: *Histoire, économie & société*, v. 2, 26<sup>e</sup> année, p. 15 – 27. 2007, p. 17.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWN, Eric. *A era do Capital (1848 – 1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JOHN, Richard R. *Spreading the News: The American Postal System from Franklin to Morse*. Cambridge, MA: Harvard UP, 1995.
- JOHN, Richard R. “Governmental Institutions as Agents of Change: Rethinking American Political Development in the Early Republic, 1787 – 1835”. In: *Studies in American Political Development*, v. 11, pp. 347 – 380. 1997.

<sup>25</sup>Arquivo Público Mineiro – APM, Seção Provincial – SP, Códice SP 713, doc. 2.



**Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas  
Ferreira E Roberto Pereira Silva**

KENNEDY, Jane. “Development of Postal Rates: 1845 – 1955”. In: *Land Economics*, v. 33, n. 2, p. 93 – 112. 1957.

LABORIE, Léonard. «Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle ». In: *Histoire, économie & société*, v. 2, 26<sup>e</sup> année, p. 15 – 27. 2007.

MARCONDES, Renato Leite. “O Mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem”. In: *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, 2012, p. 143.

MUSSO, Pierre. “La raison du Réseau”. In: *Quaderni*, n. 52, 2003, p. 56.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, Vicente Pereira. *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro para uso das Faculdades de Direito do Império*. 2<sup>a</sup> ed. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & C., 1860.

RICHEZ, Sébastien. « L’essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle ». In: *Annales de Normandie*, v. 50, n. 4, pp. 523 – 545. 2000.

RICHEZ, Sébastien. “Le Facteur rural des postes em France avant 1914: un nouveau médiateur au travail”. In: *Le Mouvement Social*, n. 218, jan./mar. 2007, pp. 29 – 44.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TILLY, Charles. “The Time of States”. In: *Social Research*, v. 61, n. 2, 1994. pp. 269 – 295

VALLAUX, Camilo. *El suelo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.